ReGeo ISSN: 2177-3246

QUANDO A MODERNIDADE CIVILIZA: DISCURSOS, COLONIALIDADE E DESIGUALDADES SOCIAIS EM SÃO LUÍS-MA NO FINAL DO SÉCULO XIX

WHEN MODERNITY CIVILIZES: DISCOURSES, COLONIALITY AND SOCIAL INEQUALITIES IN SÃO LUÍS-MA AT THE END OF THE NINETEENTH CENTURY

CUANDO LA MODERNIDAD CIVILIZA: DISCURSOS, COLONIALIDAD Y DESIGUALDADES SOCIALES EN SÃO LUÍS-MA A FINALES DEL SIGLO DIECINUEVE

https://doi.org/10.56238/revgeov17n11-047

Data de submissão: 11/10/2026 **Data de publicação:** 11/11/2026

Aldina da Silva Melo
Doutora em Políticas Públicas
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: aldina.smelo@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0007-1580-0229
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1523456926529652

Claudia Silva Lima
Doutora em História e Conexões Atlânticas
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: claudia.s.lima@uepa.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0001-8345-7385
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0200114471934448

Fladney Francisco da Silva Freire
Doutor em Antropologia
Instituição: Universidade Federal de Goiás (UFG)
E-mail: Fladney.freire123@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6226-1538
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4568198991366247

Joana Alice da Silva Melo
Mestra em Sociologia
Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)
E-mail: joanaalicesilvamelo@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6402-5675
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0534265278361990

RESUMO
Este artigo analisa as relações entre discursos, modernidade e configurações sociais em São Luís-MA no final do século XIX, problematizando as contradições entre os ideais de progresso e civilização, bem como as desigualdades produzidas no contexto da sociedade escravista e pós-abolicionista. O problema central consiste em compreender de que modo os discursos de modernidade e civilização, apropriados pelas elites ludovicenses, contribuíram para produzir e legitimar hierarquias sociais, raciais e culturais. A análise fundamenta-se na perspectiva da modernidade/colonialidade, especialmente nas contribuições de Walter Mignolo (2003; 2017) Aníbal Quijano (2005; 2009) e

Enrique Dussel (1993; 2005) tomando como categorias centrais a colonialidade, a diferença colonial e o pensamento liminar. Busca-se, assim, compreender a modernidade não apenas como projeto de progresso, mas como processo historicamente articulado à colonialidade e à produção de formas de conhecimento e existência consideradas inferiores ou subalternas. A análise evidencia que a europeização dos costumes, os discursos de civilização e as representações sobre negros, mestiços, pobres e trabalhadores participaram da organização das relações sociais em São Luís, no estado do Maranhão, reproduzindo hierarquias herdadas do colonialismo e da escravidão. Ao mesmo tempo, identifica-se a existência de práticas de resistência e de formas subalternizadas de produção de conhecimento e de existência que tensionavam os discursos hegemônicos. Conclui-se que a compreensão das configurações sociais ludovicenses exige considerar a modernidade em sua dimensão colonial, evidenciando a diferença colonial e os conflitos em torno dos lugares de poder, conhecimento e pertencimento social.

Palavras-chave: Modernidade/Colonialidade. Diferença Colonial. São Luís.

ABSTRACT
This article analyzes the relationships between discourses, modernity, and social configurations in São Luís-MA at the end of the nineteenth century, problematizing the contradictions between ideals of progress and civilization, as well as the inequalities produced in the context of enslaved and post-abolitionist society. The central problem consists in understanding how discourses of modernity and civilization, appropriated by the ludovicensian elites, contributed to producing and legitimizing social, racial, and cultural hierarchies. The analysis is grounded in the perspective of modernity/coloniality, especially in the contributions of Walter Mignolo (2003; 2017) Aníbal Quijano (2005; 2009) and Enrique Dussel (1993; 2005), taking as central categories coloniality, colonial difference, and liminal thinking. The aim is thus to understand modernity not only as a project of progress, but as a process historically articulated to coloniality and to the production of forms of knowledge and existence considered inferior or subaltern. The analysis shows that the Europeanization of customs, discourses of civilization, and representations of blacks, mestizos, the poor, and workers participated in the organization of social relations in São Luís, in the state of Maranhão, reproducing hierarchies inherited from colonialism and slavery. At the same time, the existence of practices of resistance and subalternized forms of knowledge production and existence are identified, which challenged hegemonic discourses. It is concluded that understanding ludovicensian social configurations requires considering modernity in its colonial dimension, highlighting colonial difference and conflicts over sites of power, knowledge, and social belonging.

Keywords: Modernity/Coloniality. Colonial Difference. São Luís.

RESUMEN
Este artículo analiza las relaciones entre discursos, modernidad y configuraciones sociales en São Luís-MA a finales del siglo XIX, problematizando las contradicciones entre los ideales de progreso y civilización, así como las desigualdades producidas en el contexto de la sociedad esclavista y postabolicionista. El problema central consiste en comprender de qué modo los discursos de modernidad y civilización, apropiados por las elites ludovicenses, contribuyeron a producir y legitimar jerarquías sociales, raciales y culturales. El análisis se fundamenta en la perspectiva de la modernidad/colonialidad, especialmente en las contribuciones de Walter Mignolo (2003; 2017) Aníbal Quijano (2005; 2009) y Enrique Dussel (1993; 2005) tomando como categorías centrales la colonialidad, la diferencia colonial y el pensamiento liminal. Se busca, así, comprender la modernidad no solo como proyecto de progreso, sino como proceso históricamente articulado a la colonialidad y a la producción de formas de conocimiento y existencia consideradas inferiores o subalternas. El análisis

evidencia que la europeización de las costumbres, los discursos de civilización y las representaciones sobre negros, mestizos, pobres y trabajadores participaron de la organización de las relaciones sociales en São Luís, en el estado de Maranhão, reproduciendo jerarquías heredadas del colonialismo y la esclavitud. Al mismo tiempo, se identifica la existencia de prácticas de resistencia y de formas subalternizadas de producción de conocimiento y de existencia que tensionaban los discursos hegemónicos. Se concluye que la comprensión de las configuraciones sociales ludovicenses exige considerar la modernidad en su dimensión colonial, evidenciando la diferencia colonial y los conflictos en torno a los lugares de poder, conocimiento y pertenencia social.

Palabras clave: Modernidad/Colonialidad. Diferencia Colonial. São Luís.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo parte da seguinte questão norteadora: como os ideais de progresso, civilização e modernização se articulavam às desigualdades sociais e raciais presentes em São Luís-MA no final do século XIX? O objetivo é analisar essas relações a partir da perspectiva da modernidade/colonialidade, especialmente das contribuições de Mignolo (2003), Quijano (2005), Dussel (1993), dentre outros intelectuais do pensamento decolonial, considerando as categorias de colonialidade, diferença colonial e pensamento liminar.

Parte-se da hipótese interpretativa de que os discursos de civilização e modernização, embora associados a projetos de transformação social, urbana e cultural, também contribuíram para estabelecer hierarquias e formas de distinção entre os grupos sociais. A análise busca, portanto, compreender São Luís não apenas como espaço de circulação e apropriação de ideias modernas, mas como um território marcado pela tensão entre modernidade e colonialidade, no qual se disputavam lugares sociais, formas de conhecimento, identidades e modos de existência.

A produção, transmissão e ressignificação dos discursos sobre alteridade, diferença e desigualdade não constituem apenas fenômenos culturais ou históricos, mas também expressam relações de poder e processos de classificação dos sujeitos e dos grupos sociais. Ao longo da formação da modernidade ocidental, determinadas formas de conhecimento, existência e organização social foram apresentadas como universais, enquanto outras foram produzidas como inferiores, primitivas ou não civilizadas. Compreender criticamente esse processo é fundamental para analisar as formas pelas quais as desigualdades sociais, raciais e culturais foram historicamente construídas e legitimadas.

Essa problemática pode ser compreendida a partir da perspectiva da modernidade/colonialidade, desenvolvida por intelectuais como Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Walter Mignolo. Quijano (2005) demonstra que a constituição da modernidade esteve articulada à colonialidade do poder, compreendida como uma estrutura de classificação social fundada, entre outros elementos, na ideia de raça e na organização das relações de trabalho e de dominação. A colonialidade, portanto, não se limita ao período colonial formal, mas constitui uma lógica de poder que permanece atuante nas estruturas sociais e nas formas de produção do conhecimento.

Dussel (1993), por sua vez, compreende a modernidade como um processo histórico vinculado à expansão europeia e à constituição de uma subjetividade centrada no ego europeu. Nessa perspectiva, a afirmação do sujeito moderno e de sua racionalidade ocorreu simultaneamente à produção de um "outro" que foi encoberto, subordinado e situado fora dos parâmetros definidos como universais. A modernidade, portanto, não pode ser analisada separadamente das relações de dominação que acompanharam sua expansão.

Mignolo (2003) aprofunda essa discussão ao problematizar os limites de determinadas abordagens pós-coloniais. Para o autor, embora essas perspectivas tenham produzido importantes críticas ao colonialismo, muitas delas permaneceram concentradas nos processos de descolonização política da África e da Ásia, sobretudo a partir do século XVIII, sem considerar suficientemente a dimensão formativa da modernidade/colonialidade iniciada com a expansão europeia desde o século XVI. O problema central estaria na dificuldade de perceber a diferença colonial em sua dimensão epistêmica, cultural, social, religiosa e científica.

Nesse sentido, Mignolo (2003, p. 67) chama atenção para o fato de que determinadas teorias críticas da modernidade podem questionar o colonialismo sem necessariamente problematizar as hierarquias epistêmicas produzidas pela diferença colonial. Sua contribuição permite deslocar a análise do colonialismo como experiência exclusivamente política e econômica para compreender também os mecanismos pelos quais determinados conhecimentos, sujeitos e modos de existência foram deslegitimados.

É nesse horizonte que ganha importância a categoria de colonialidade, desenvolvida inicialmente por Quijano, e posteriormente ampliada pelos estudos decoloniais. Maldonado-Torres (2020, p. 36) compreende a colonialidade como uma lógica global de desumanização que pode permanecer mesmo na ausência de colônias formais. Trata-se, portanto, de uma estrutura que ultrapassa o domínio territorial e econômico, alcançando as dimensões do ser, do saber, do poder e das representações sociais.

A perspectiva decolonial constitui, assim, uma crítica às formas de universalização do conhecimento e às hierarquias produzidas pela modernidade colonial. Ballestrin (2013, p. 89) caracteriza essa perspectiva como uma "opção decolonial" de caráter epistêmico, teórico e político. Seu propósito consiste em problematizar as estruturas de poder e conhecimento constituídas historicamente pela colonialidade, permitindo questionar os lugares a partir dos quais determinados sujeitos são autorizados a falar, conhecer e produzir interpretações sobre o mundo.

Nesse debate, Mignolo (2003) atribui particular importância à diferença colonial, à gnose liminar e ao pensamento liminar. Para o autor, reconhecer a diferença colonial a partir de perspectivas subalternizadas exige deslocar os lugares tradicionais de produção do conhecimento. Trata-se de "pensar a partir da fronteira e sob a perspectiva da subalternidade" (Mignolo, 2003, p. 159), possibilitando a emergência de outros modos de compreender a realidade. Nessa direção, Walsh (2013, p. 19) destaca a possibilidade de produzir outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir e existir.

Essa perspectiva também permite compreender que as ideias não permanecem circunscritas aos seus lugares de origem. Como afirma Mignolo (2003, p. 115), "as ideias também viajam". Conceitos,

valores e representações são apropriados, reelaborados e ressignificados em diferentes contextos históricos. Assim, os ideais de civilização, progresso, razão e modernização produzidos no contexto europeu circularam pelo mundo atlântico e foram incorporados de diferentes maneiras pelas sociedades colonizadas e pós-coloniais.

No interior dessa racionalidade, o conceito de civilização assumiu papel central. Elias (1994, p. 23) demonstra que a ideia de civilização expressava a consciência que o Ocidente possuía de si mesmo e de sua suposta superioridade diante de outras sociedades. Associada ao desenvolvimento da ciência, das artes, da tecnologia, das formas de sociabilidade e das instituições políticas, a civilização passou a constituir um parâmetro de avaliação dos diferentes povos e sociedades. Cardoso e Vainfas (1997) também destacam a associação entre civilização, progresso material e intelectual, urbanização, desenvolvimento científico, escrita, Estado e diferenciação social.

A ideia de progresso, portanto, não pode ser compreendida apenas como transformação material. Ela esteve relacionada a uma determinada concepção de história, na qual a experiência europeia foi frequentemente apresentada como referência universal do desenvolvimento humano. Reis (2006) evidencia como essa concepção transformou a história em uma marcha da humanidade em direção à liberdade e à racionalidade. Entretanto, essa narrativa universalizante também produziu classificações entre povos considerados civilizados e aqueles definidos como atrasados, primitivos ou incapazes de participar plenamente dessa história.

A crítica decolonial permite, desse modo, compreender que a expansão dos ideais de modernidade e civilização esteve articulada à produção de desigualdades. Como observam Simas e Rufino (2018, p. 11), a agenda colonial produziu a descredibilização de diferentes formas de existência e de saber, alcançando tanto a dimensão física quanto a simbólica. Grosfoguel (2020, p. 65) acrescenta que a colonização não significou apenas a formação de um novo sistema econômico mundial, mas também a constituição de uma nova civilização marcada por múltiplas hierarquias de dominação. Tal sistema reflete fortemente na cidadee de São Luís-MA no final do século XIX.

2 A CIDADE DE SÃO LUÍS-MA NO FINAL DO SÉCULO XIX COMO PRODUTO DO COLONIALISMO MODERNO

No final do século XIX, São Luís-MA, como um importante porto comercial no contexto da expansão colonial portuguesa, se viu inserida em uma rede global de trocas e influências, onde as dinâmicas do capitalismo emergente e as hierarquias sociais impostas pelo colonialismo se entrelaçavam de forma complexa. A cidade de São Luís prosperou à custa de injustiças e hierarquias oficializadas pelo discurso das elites. Como enfatiza Pereira:

> A condição jurídica: livre ou escravo e o padrão de renda das pessoas, somadas a elemento da tradição europeia do Ocidente, como os resíduos das relações de suserania e vassalagem ainda presentes na mentalidade do colonizador português, imprimiram, formalmente, os códigos das relações sociais no Maranhão (Pereira, 2001, p. 34).

Conforme Neto (2008), o século XIX foi uma época de mudanças significativas na mentalidade europeia. Este continente, como berço da Revolução Industrial e do Iluminismo, estava fervilhando com ideias modernizadoras que desafiavam e alteravam as estruturas tradicionais de pensamento e governança. Neste contexto, muitos jovens brasileiros, inclusive da elite ludovicense, viajaram ao Velho Mundo europeu para buscar educação. Estes jovens, ao regressarem, tornaram-se portadores de uma rica bagagem intelectual adquirida de suas vivências e estudos europeus, mas acima de tudo "traziam em sua bagagem intelectual todo esse ideário que será, de uma maneira ou de outra, total ou parcialmente, adaptado às condições do Brasil e às necessidades dessas elites" (Neto, 2008, p. 7).

Essas ideias de modernização, aliadas às concepções filosóficas, relacionavam-se também às formas de interpretação de mundo e de comportamentos trazidos da Europa por essa intelectualidade. Eram vistas não apenas como instrumentos de progresso, mas também como ferramentas para consolidar o poder e fortalecer os discursos de hegemonia racial, uma reinterpretação das ideias estrangeiras à luz das circunstâncias muito peculiares da realidade de São Luís. Portanto, a verdadeira habilidade da elite ludovicense residia em sua capacidade de adaptar, reformular e até mesmo reinventar essas ideias para atender aos interesses e objetivos daqueles que estavam situados em espaços mais privilegiados de poder.

Em busca da ordem, da verdade e do desenvolvimento de significação universal, o imaginário colonial europeu se fortaleceu e atravessou fronteiras. De fato, o atlântico e tantas rotas são verdadeiras encruzilhadas. Pois se as ideias circulam, as práticas e os preconceitos também cruzam territórios, assumindo uma característica performática peculiar a cada realidade. De fato, "o colonialismo se edificou em detrimento daquilo que foi produzido como sendo o seu outro" (Simas; Rufino, 2018, p. 11).

Essas práticas e preconceitos acerca do corpo e da vida do "outro", esteve também muito ligado às missões católicas da colonialidade cristã, e tinham como objetivo principal conquistar corpos e almas negras para a fé cristã e para o trabalho nas colônias e em toda estruturação sistêmica do poder cristão. Defendiam a salvação e libertação definitiva dos africanos, dos indígenas, "segundo visões e imagens da época, de sua indolência, preguiça, de sua condição animalesca, de costumes pagãos e supersticiosos era o objetivo dos missionários não apenas católicos, mas, também, protestantes de várias nacionalidades" (Santos, 2017, p. 34). O domínio ultramariano ocasionou-se a missão *civilizadora* que englobava não apenas a exploração do trabalho forçado dos africanos mas, também,

a tentativa de civilizar aqueles que os "civilizados" europeus acreditavam ser degenerados (pela vida, religião e tradições) e por conta disso deveriam ser *assimilados*[1] .

Ademais, para Boaventura de Sousa Santos (2009), havia uma estratégia perversa da violência na dominação colonial, chamadas por ele de formas de negação radical que produzem uma ausência radical, a ausência da humanidade, a sub-humanidade moderna. Essas violências são exercidas através da proibição do uso das línguas em espaços públicos, de adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial [...] (Santos, 2009, p. 29-30). Para Mudimbe (1988), a colonização é concebida como estrutura responsável por produzir sociedades, culturas e seres humanos marginalizados. Essa estrutura da dominação caracteriza-se pelos aspectos físicos humanos e também espirituais.

Consequentemente, a colonização com suas várias facetas e modelos políticos, não parou de mentir sobre si mesma e sobre os outros. Os procedimentos de racialização do colonizado constituem o motor dessa economia da mentira, fundamentado em ideologias de superiorização humana.

Outrossim, para o pensamento liminar dos estudos subalternos, a diferença colonial fundamentada no discurso racial, constitui, na verdade, a região selvagem do humanismo europeu, sua besta (Fanon, 2008). Mas, devemos sempre nos questionar: "Apenas eu valho a pena? Mas eu não posso valer tanto por mim se os outros, enquanto eles mesmos, não valem nada?" (Mbembe, 2017).

Nessa cartografia da diferença, o princípio da falsidade, que tem na incompreensão, na mágica e idolatria dos chamados "povos primitivos/não civilizados" a real estranheza que resultou na negação da sua condição de humano, como justificativa dos processos de dominação colonial (Santos, 2009). "Um maquinário que transformam diferenças em valores" (Mignolo, 2002, p. 37), compreendida aqui também como "cultura colonial, que se refere ao domínio da tradição, o domínio e as esferas da vida que os projetos civilizadores tentam domesticar" (Mignolo, 2002, p. 68) sobre si mesma. A modernidade/colonialidade estão frequentemente associados ao período da expansão colonial europeia e à consequente dominação política, econômica, cultural e simbólica sobre os povos subalternos. Assim, as bases epistêmicas advindas da ordem que sustentam a dominação colonial como verdade universal de um grupo que manda e outro serve, também tomou forma no Maranhão, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, por meio da escravização de diversos povos africanos pela dominação colonial, sobretudo a Portuguesa.

[1] Segundo Mbembe (2001, p. 179) O conceito de *assimilação* fundou-se na possibilidade de uma experiência de mundo comum a todos os seres humanos, na experiência da humanidade universal [...] Não era um dado a priore, o nativo tinha que ser convertido, ou seja, ser universalizado dentro de um modelo civilizatório de humano, precisava ser assimilado dentro das normas exigidas nos moldes da civilização europeia que tinha "cor", "saber" e "credo". Pra ser um assimilado o africano deveria frequentar escolas e renunciar suas tradições para se assemelhar ao português na profissão de fé e na vivência da cidadania.

Voltada para o vasto oceano Atlântico, a cidade de São Luís, uma ilha marcada por diversos atravessamentos históricos, olhava, no final do século XIX, para além das fronteiras nacionais. Esta representação se sustenta pela formação histórica do Maranhão, pois no século XVII tem profundas raízes na expansão do império colonial português nas Américas (Pereira, 2016).

O Maranhão não era apenas uma simples extensão geográfica da metrópole; ele desempenhava uma função estratégica na complexa rede de comércio da época, baseada em uma economia colonial que se sustentava sobre alicerces do capital escravista mercantil, uma modalidade de capital voltada para a produção de mercadorias por meio da exploração dos trabalhadores (Pereira, 2016; Dias, 1970; Carreira, 1988).

Conforme Pereira (2016), a companhia de comércio do Estado Grão-Pará e Maranhão, estabelecida em 1755 por iniciativa de Sebastião José de Carvalho - o Marquês de Pombal, destaca-se nesse panorama. De fato, o Maranhão em meados do século XVIII significou, como afirma Abranches, (1822, p. 6) a "aurora da prodigiosa opulência e engrandecimento desta Província". Este órgão, sancionado por D. José I, rei de Portugal, promoveu uma série de transformações na região, redefinindo o Maranhão enquanto núcleo produtor e exportador. Tais mudanças foram essenciais para solidificar a posição do Maranhão no cenário comercial e econômico, sobretudo no que concerne à produção e exportação de arroz e algodão.

Diante disso, São Luís, capital do estado, emergiu como um vital centro de atividades comerciais do País. Seu porto dinâmico tornou-se um ponto nevrálgico para a importação e exportação de mercadorias diversas. "Tal progresso teria sido proporcionado através da dinamização das exportações de algodão e de arroz e da regularização da vinda de mão-de-obra escrava africana para a Província" (Martins, 2011, p. 49). De qualquer modo, foi exatamente "a agro-exportação desses e de alguns outros produtos primários, propiciou, nos momentos de alta, a acumulação de capital que permitiu a opulênciado senhoriato maranhense vinculado tanto à produção quanto à circulação de bens" (Martins, 2002, p. 16). Esse intenso progresso econômico, na perspectiva de Meireles (1960, p. 293), ocorreu no

> [...] enriquecimento material e no aprimoramento intelectual da sociedade, e culminaria, já no Império, no surgimento de uma elite fundiária e de uma nobreza rural que concederam à então província uma posição de primeiro plano no cenário nacional, não só no campo econômico, como no político e no cultural.

A Praia Grande, pulsante e central, era o coração administrativo e comercial de São Luís. Essa área, no coração da cidade, tornou-se o lar da elite ludovicense e, portanto, o epicentro das transformações que a cidade experimentaria com o florescimento a lavoura de algodão (Pereira, 2001).

O crescimento da produção e expansão da cultura algodoeira, inicialmente ocorreu com maior potencialidade no vale do rio Itapecuru, impactando as cidades de Caxias, Codó e Coroatá. Toda a produção costumava ser transportada pelo rio Itapecuru até o porto de São Luís. O rio mearim tornou-se também um rio muito importante no transporte dessa mercadoria.

Para Meireles (1960) e Martins (2002) o período imperial foi considerado a "Idade do Ouro" do Maranhão, apesar dos contratempos comerciais. Isso se deve em grande parte ao sucesso alcançado pelo "Grupo Maranhense" "constituído por um considerável número de intelectuais regionais que conseguiu projeção nacional, fundando uma tradição onipresente na vida maranhense, o mito que elevou a província à condição de "Athenas Brasileira"[2] (Martins, 2002, p. 15).

Com a prosperidade trazida pelo algodão, a cidade testemunhou não apenas um crescimento demográfico, mas também uma evolução no padrão de vida dos membros da classe abastada. A imitação dos costumes europeus tornou-se um sinal visível dessa prosperidade. E essa europeização foi ainda mais incentivada pela crescente presença de estrangeiros na cidade, uma consequência direta da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional. No entanto, essa europeização teve ramificações mais profundas do que a mera adoção de modas e modos europeus. A cidade de São Luís desenvolveu uma orientação quase exclusiva para a Europa, a tal ponto que muitos diziam que ela vivia "de costas para a Corte e de frente para a Europa" (Lacroix, 2002, p. 45).

Nesse sentido, a cidade de São Luís é constantemente lembrada por diversos autores da historiografia maranhense, como um lugar cujo cotidiano era profundamente marcado pela paisagem da diferença como destaca Jacinto (2005, p. 47) "estes ainda transportavam seus senhores em cadeirinhas de arruar ou os guiavam em carruagens, evitando que sujassem seus pés e/ou longos vestidos, de acordo com a moda europeia, nas ruas lamacentas da cidade".

Essa tensão entre a identidade local, a organização urbana e a influência europeia em São Luís do final do século XIX é reveladora. Enquanto a cidade buscava se reinventar e se modernizar no molde europeu, os múltiplos desafios em relação ao cotidiano escravocrata presente em sua territorialização simbólica, economia e cultura, torna a história de São Luís no século XIX tão fascinante e ao mesmo tempo complexa, desigual e marcada por muitos conflitos de classe e raça. Pois "as novas características assumidas pelo capitalismo, a partir da segunda metade do século XIX, entretanto, exigiam a criação nas colônias de uma força de trabalho permanente integrada à esfera

[2] O mito da Atenas Brasileira, que será discutido no último tópico, é um bom exemplo dessa criação. Por conseguinte, compreende-se que esses meios de transporte não apenas serviam para transportar pessoas, mas também facilitavam o intercâmbio de mercadorias, ideias e cultura no confronto explícito de mundos e percepções simbólicas. Contudo, enquanto proporcionavam conforto individual para uma parcela considerada superior e prestigiosa socialmente, também eram símbolos tangíveis da opressão e da exploração, uma personificação absurda da hierarquia das diferenças.

produtiva [...] de tal maneira que a dominação pudesse ser exercida sobre este "outro", sem qualquer constrangimento jurídico (Zamparoni, 2012, p. 47).

Os membros da fidalguia[3] ludovicense de forma muito frequente se viam como superiores em relação aos escravos. Consideravam-se pertencentes à melhor classe, pois podiam usufruir das riquezas e prestígios, tradicionalmente incorporados. Muitos deles se identificavam como europeus, seja por origem ou herança, seja por tradições cultivadas no espírito e no comportamento.

Nessa perspectiva, Jesus (2015, p. 59) enfatiza que a população africana em São Luís, segundo o recenseamento do Império, "já era pouco numerosa em São Luís do ano de 1872, cerca de 282 pessoas sendo 117 homens e 165 mulheres. Situação muito diferente de Salvador, na Bahia, onde a presença da população africana era marcante ainda nas primeiras décadas do século vinte".

No final do século XIX, esses escravizados e livres pobres viviam em um constante movimento entre a casa e a rua, uma dinâmica caracterizada por uma interdependência contínua na qual as fronteiras entre as esferas privadas e públicas se emaranhavam na exploração contínua do corpo alheio (Jacinto, 2005). Tornaram-se alvo das estruturas de invisibilização, objetificação e instrumentalização do outro (Mbembe, 2017).

Nos documentos oficiais da época, é possível observar a tendência de rotular esses trabalhadores (Escravos ou livres pobres) como "vadios, facinorosos, indolentes e ociosos, dado sua indisposição à precarização da liberdade" (Jesus, 2015, p. 64). Essa população subalterna em busca da sua sobrevivência diária tornava-se escrava de aluguel ou de ganho desempenhavam diversos papéis na cidade, atuando como carregadores, pedreiros, carpinteiros, lavadeiras, vendedoras ambulantes e amas-de-leite (Jacinto, 2005). No tocante a essas diferenças, Baczko afirma que:

> [...] todas as cidades são, entre outras coisas, uma projecção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas (o centro opõe-se a periferia, o "acima" opõe-se ao "abaixo", etc.). A arquitectura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental, os materiais "nobres", etc (Baczko, 1985, p. 313).

O controle absoluto sobre o tempo dos escravizados, o aluguel da sua força de trabalho, era uma prática muito recorrente nos proprietários de pequenas e de grandes posses, especialmente no final do século XIX. Como destaca Jacinto:

[3] Esse termo será constantemente usado por Nascimento Moraes na sua escrita no início do século XX. Tradicionalmente, a fidalguia era associada à nobreza hereditária, com privilégios, títulos de nobreza e uma posição elevada na hierarquia social enquanto em outras, como em São Luís, por exemplo, pode ser mais ampla e englobar pessoas que detêm influência social e econômica significativa, independentemente de seu status de nobreza.

> O aluguel ou o emprego de escravos no ganho não era uma peculiaridade dos senhores de pequenas posses, que muitas vezes garantiam seu sustento, basicamente, a partir dos lucros advindos desse tipo de exploração da força de trabalho. Escravos especializados estão presentes tanto nos inventários destes como no de grandes proprietários. Já foi salientado que as fazendas também dispunham desse tipo de trabalhador: como os grandes fazendeiros normalmente também tinham casas na cidade, é possível que, nesse caso, os escravos estivessem divididos entre as diversas propriedades de seus senhores (Jacinto, 2005, p. 52).

Nos jornais da época, era comum encontrar anúncios que evidenciavam essa busca por mão-de-obra escrava ou de trabalhadores livres pobres. Um exemplo disso pode ser encontrado no Jornal Publicador Maranhense onde se destacam anúncios como:

> Na rua Grande n. 10 preciza-se de um preto, escravo, que saiba cosinhar: -quem tiver algum nestas circunstâncias para alugar, queira manda-lo apresentar na mesma caza. Preciza-se de um criado para a casa de familia, seja branco ou preto, livre ou escravo em casa do Dr. Saulunier rua da paz (Aluga-se, 1859, p. 4).
> O Typografo Manoel Francisco Pires tem para alugar uma escrava de 18 annos e um moleque de 14, para o serviço de uma casa de família (Aluga- se, 1870, p. 3).

Esses anúncios explicitam a busca incessante por mão-de-obra, que em determinados casos não fazia distinção de cor, evidenciando o controle de uma classe sobre a outra com o objetivo de explorar ao máximo a força de trabalho disponível, seja ela escrava ou livre. Essa prática revela como a sociedade da época instrumentalizava o trabalho humano em prol de interesses pessoais e familiares, perpetuando assim a exploração e a desigualdade social entre os diferentes grupos sociais.

No entanto, é importante ressaltar que táticas e processos de resistência eram uma realidade constante nesse contexto. As fugas, por exemplo, eram eventos frequentemente registrados nos jornais da época, como podemos observar no Publicador Maranhense que relatava: "*Acha-se fugido há cerca de dois anos o escravo Severino, preto retinto, moço e bem falante, tendo um braço e mão secos, pelo que era conhecido por mão de paca [...] Dá-se a metade do seu valor a quem capturar e entregar a sua senhora".*

Ou no Diário da Maranhão:

> Evadiu-se decasa desde 15 de março ultimo Eufrazia, ex-escrava do tenente coronel Cyriaco José de Assumpção,hoje por herança é de sua neta D. Florinda R. de Assumpção, cujos signaes são: cor negra, estaturamédia e cabellos carrapinhos, deve esta ser procurada para os lados do Caminho Grande, onde freqüentemente vem com negócios da roça, e quase sempre esta dentro da cidade com o mesmo giro com que negocia. Já foi vista na Praia do Caju, entrando debaixo de um sobrado (Evadiu-se..., 1876, p. 2).

Esses episódios de fuga evidenciam a resistência ativa dos escravizados contra as injustiças e a opressão a que estavam submetidos, demonstrando que, apesar das condições adversas, eles buscavam ativamente sua liberdade e autonomia.

Os estudos de Chalhoub (1990) e Jacinto (2005) advertem que no caso dos escravos urbanos, eles podiam alugar casas, o que lhes proporcionava uma certa autonomia em relação ao ambiente doméstico do senhor. Além disso, os escravos tinham a possibilidade de economizar dinheiro, formando um pecúlio, com o objetivo de adquirir sua liberdade no futuro. Essa economia pessoal dava-lhes uma esperança de conquistar a alforria e alcançar uma vida mais independente, por menor que seja. Régia Agostinho da Silva, com seu artigo intitulado "Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX", também adverte:

> [...] se esperava dos cativos que fossem morigerados, sadios, obedientes, bons cumpridores do dever, o que, muitas vezes, faz-nos pensar que, ao prometer isso, os vendedores admitiam que nem todos o eram, principalmente, passivos e obedientes, ao oferecer morigeração e obediência, admitiam os senhores que havia desobediência e falta de passividade (Silva, 2014, p. 36).

Outra forma de resistência e busca de autonomia era a obtenção de um pedaço de terra para cultivar produtos alimentícios. Essa prática permitia que os escravos tivessem uma fonte adicional de subsistência e, ao mesmo tempo, estabelecessem um pequeno grau de independência econômica. É possível suspeitar também que esse tipo de prática seria uma estratégia senhorial, para que os escravos cultivassem, como uma forma de transferir a eles o custo social de reprodução do seu trabalho, ou seja, diminuirem os custos para os senhores manterem seus escravos em sua tutela.

Jacinto (2005) considera em sua pesquisa que a constituição de relações familiares também era uma forma de resistência e busca por dignidade. Mesmo diante das restrições impostas pelos senhores, os escravos se esforçavam para manter laços familiares formando lares e comunidades que lhes proporcionavam apoio emocional e uma sensação de pertencimento e resistência. Por outro lado, a situação faz-nos pensar que escravos com famílias estabelecidas em determinados lugares, estavam menos propensos a fugas e rebeliões, fortalecendo ainda mais o controle senhorial.

Nessa perspectiva, destaca-se também que alguns filhos de escravos, libertos e pobres livres mestiços, negros e brancos, se empenhavam no acesso às letras, para através do letramento se inserirem nos jornais da época, na escrita literária, na luta abolicionista, no combate à toda forma de desigualdade e diferença, temos como exemplo: Astolfo Marques (1903-1907), Firmina dos Reis (1822-1917, Gonçalves Dias (1823-1864), Coelho Neto (18641934), Nascimento Moraes (1882-1958), dentre outros.

Essas estratégias demonstram a resiliência e a capacidade de luta dos descendentes da escravidão, libertos e livres pobres que, mesmo em meio a uma estrutura opressiva, encontravam formas de exercer algum controle sobre suas vidas e buscar melhorias em suas condições. Essas ações

individuais e coletivas são um testemunho poderoso da resistência humana diante da adversidade e da busca por liberdade e dignidade na estrutura da colonialidade.

Segundo Pereira (2006) no que se refere às classes dominantes no Maranhão, é possível afirmar que no cotidiano da estrutura social escravista maranhense, os ricos comerciantes e os proprietários rurais, fazendeiros de algodão e donos de engenhos de açúcar, se comportavam no desejo de serem reverenciados. O prestígio e a visibilidade social dessas classes estavam assentados na riqueza gerada pela agricultura mercantil de exportação, na posse de muitos escravos e o suntuoso estilo de morar, em casarões coloniais nas cidades de São Luís e Alcântara [...]. Acrescenta-se ainda o hábito de enviar os filhos homens para estudarem na Europa, sobretudo em Portugal, França ou Inglaterra, por distingui-los da classe trabalhadora (Pereira, 2006, p. 31).

A citação em questão faz uma descrição histórica da estrutura social e das práticas culturais da elite maranhense durante o período colonial e escravista, assentadas em uma visão de mundo moderna, eurocêntrica e elitista, que buscava justificar a dominação colonial e escravista como um processo civilizador e necessário para a "modernização" do Brasil. Assim, "suas casas, prédios e edifícios, bem como suas maneiras de regulação no que diz respeito à conduta e ao comportamento de seus cidadãos, possuíam como item a ser observados os padrões europeus" (Santos, 2021, p. 45).

O impacto da colonização no final do século XIX em São Luís resultou na criação de uma estrutura social que perpetuava a inferioridade de certos grupos, legitimada por privilégios associados à cor da pele, religião, educação e bens materiais. Segundo Pereira (2006), no ano de 1832, Alcides d' Orbigny, em seu livro intitulado "A viagem pitoresca do Brasil" assim escreve acerca da sua estadia e passagem por São Luís:

> a população branca do Maranhão é, verdadeiramente, notável, pela sua elegância, de seus modos e de sua educação esmerada. Não só a riqueza de região, o desejo de imitar os costumes europeus [...] mas também, e principalmente, a liberdade, a boa educação, a polidez e doçura das maranhenses, contribuíram para tornar aquela cidade um dos lugares do Brasil onde é mais agradável permanecer. Quase todas educadas em Portugal, as jovens maranhenses levam consigo, o gosto pelo trabalho e hábitos de reserva e discrição (Pereira, 2006, p. 32).

Essa observação se sustenta através dos marcadores da diferença típica dos parâmetros raciais e de uma consciência colonial de si, do outro e do mundo nas bases existenciais da desigualdade entre os seres humanos. Os costumes europeus, nessa perspectiva, exaltavam tal diferença de raça, classe e gênero. Um sentimento de superioridade característica do eurocentrismo moderno.

Destarte, se a população branca é elegante, tem boa educação e usufrui da liberdade, o oposto não se enquadra nesse tipo de classificação. Se autolegitimam civilizados em alto nível de humanidade em relação aos outros, porém, segundo Césaire no seu discurso sobre o colonialismo, argumentou que

a colonização produziu uma descivilização, ou seja, o colonizador torna-se um descivilizado "para os instintos ocultos, para a cobiça, para a violência, para o ódio racional, para o relativismo moral" (Césaire, 1974, p. 3).

Em nosso País, ao longo dos séculos, foi marcado por um processo de racialização que não apenas categorizou as pessoas com base na cor da pele, mas também influenciou a distribuição desigual de recursos, poder e prestígio. Nesse sentido, Jesus (2015, p. 59 *grifos nossos*) considera que o processo responsável pela racialização da hierarquia brasileira, se deu pela

> [...] conversão das classificações de cor num princípio de diferenciação e fabricação dos grupos sociais, bem como da distribuição desigual dos bens econômicos, do poder político e do prestígio entre designados: brancos, pardos, mestiços, caboclos, negros (Jesus, 2015, p. 59, grifos nossos).

Como retratado pela literatura de Aluísio de Azevedo, outro importante intelectual marahense que, ao escrever O Mulato em 1881, assim escreve: "Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua, tudo concentrado, adormecido; só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho" (Azevedo, 1881, p. 1) na luta pela sobrevivência e por melhores condições de vida. Ou, quando relata em sua literatura o comportamento da portuguesa Maria Bárbara, nesse caso, ressalta:

> [...] tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses; muito orgulhosa; muito cheia de escrúpulos de sangue. Quando falava nos pretos, dizia 'Os sujos' e, quando se referia a um mulato dizia 'O cabra'. Sempre fora assim e, como devota, não havia outra: Em Alcântara, tivera uma capela de Santa Bárbara e obrigava a sua escravatura a rezar aí todas as noites, em coro, de braços abertos, às vezes algemados. Lembrava-se com grandes suspiros do marido 'do seu João Hipólito' um português fino, de olhos azuis e cabelos louros (Azevedo, 1881, p. 3).

Diante disso, faz-se necessário evidenciar também que na geração de Nascimento Moraes, o Maranhão estava em um processo de decadência. No final do século XIX e início do século XX, o estado não ocupava mais o centro das atenções nacionais, encontrando-se em uma crise sem precedentes que afetava todos os aspectos da vida social, econômica e cultural. Essa crise estava diretamente relacionada ao declínio da produção de algodão e cana-de-açúcar nas províncias nordestinas, bem como ao crescimento do eixo centro-sul, com São Paulo se destacando na produção de café (Pereira, 2006). Além disso, a concorrência do algodão norte- americano, que retomou com força suas exportações após a Guerra de Secessão, oferecendo um produto melhor e mais barato para a Inglaterra, agravou ainda mais a situação (Silva, 2013, p.25).

Nesse contexto de empobrecimento de comerciantes e agricultores maranhenses, a cidade viu chegar homens e mulheres, mulatos, pobres e livres, caboclos, índígenas e migrantes cearenses, que,

devido à seca em sua região de origem, foram forçados a buscar no Maranhão novas estratégias de sobrevivência. Muitos deles encontraram trabalho nas plantações de cana-de-açúcar, após a proibição do tráfico de escravos em 1850. Para muitos proprietários de terras, além do tráfico interno, vender seus escravizados para outras regiões tornou-se uma saída para pagar dívidas e evitar a ruína (Silva, 2013).

Apesar da abolição formal da escravatura em 1888, persistiam discursos raciais que categorizavam indivíduos a partir de características físicas, como a cor da pele, perpetuando uma hierarquização entre brancos, negros, mestiços. Esta classificação racial impactava diretamente na cidadania desses indivíduos, limitando seu acesso aos direitos idealizados do discurso republicano (Jesus, 2015).

É dentro dessa contextualização que poderemos compreender as intervenções de Nascimento Moraes e seu papel importante na tentativa de reinterpretar a história na ótica dos oprimidos, revelando um cenário de contradição da modernidade e suas hierarquias de poder, na busca por contestar a narrativa eurocêntrica dominante que perpetuava a ideia de superioridade de uns sobre os outros com base em critérios de classe, renda e raça.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa das considerações finais, destacam-se alguns alguns pontos de reflexão.

Primeiro, a sociedade de São Luís-MA deve ser compreendida a partir das tensões entre o projeto de modernização e as estruturas de desigualdade que permaneciam profundamente marcadas pela escravidão e por suas continuidades sociais. Negros, mestiços, trabalhadores, pobres e outros sujeitos subalternizados ocupavam lugares diferenciados nessa ordem social, enquanto determinados padrões culturais associados às elites eram apresentados como expressão de civilização e progresso.

Segundo, os discursos de civilização e modernização que chegam à sociedade ludovicense, embora associados a projetos de transformação social, urbana e cultural, também contribuíram para estabelecer hierarquias e formas de distinção entre os grupos sociais.

Terceiro, inserida em redes comerciais, políticas e intelectuais que mantinham estreitas relações com referências europeias no final do século XIX, a cidade de São Luís-MA vivenciou discursos de modernização, progresso e civilização que coexistiam com profundas desigualdades sociais e raciais no contexto do pós-abolição. A incorporação de padrões europeizados de comportamento, cultura, sociabilidade e organização urbana não constituiu apenas uma transformação dos costumes, mas também participou da produção de critérios de distinção social e de representações acerca dos diferentes grupos que compunham a sociedade ludovicense.

Assim, esta pesquisa sinalizou que, de um lado, a europeização dos costumes, os discursos de civilização e as representações sobre negros, mestiços, pobres e trabalhadores participaram da organização das relações sociais em São Luís, no estado do Maranhão, reproduzindo hierarquias herdadas do colonialismo e da escravidão. De outro lado, identifica-se a existência de práticas de resistência e de formas subalternizadas de produção de conhecimento e de existência que tensionavam os discursos hegemônicos. Decerto, a compreensão das configurações sociais ludovicenses exige considerar a modernidade em sua dimensão colonial, evidenciando a diferença colonial e os conflitos em torno dos lugares de poder, conhecimento e pertencimento social.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. O Captiveiro. Rio de Janeiro: [s. n.], 1822.

ALUGA-SE. Publicador Maranhense, São Luís, 3 jan. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1859_00001.pdf. Acesso em: 3 fev. 2024.

ALUGA-SE. O Paiz, São Luís, 12 maio 1870.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. v. 5: Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 2, p. 89-117, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARREIRA, Antônio. A Companhia do Grão-Pará e Maranhão. São Paulo: Editora Nacional, 1988. v. I: O comércio monopolista Portugal-África na segunda metade do século XVIII; v. II: Documentos.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Manuel Nunes. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1775-1778). Belém: UFPA, 1970.

DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCRAVO, fugido. Publicador Maranhense, São Luís, 3 jan. 1880. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1880_00002.pdf. Acesso em: 27 set. 2026.

EVADIU-SE de casa. Diário do Maranhão, São Luís, 23 maio 1876.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. Relações de intimidade: desvendando modos de organização familiar de sujeitos escravizados em São Luís no século XIX. 2005. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

JESUS, Matheus Gato de. Racismo e decadência: sociedade, cultura e intelectuais em São Luís do Maranhão. 2015. 181 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2015.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A criação de um mito. Revista Outros Tempos, v. 2, p. 54-80, 2002.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação francesa de São Luís e seus mitos. São Luís: Lithograf, 2002.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MARTINS, Ana Patrícia Sá. A marginalização da literatura maranhense no ensino médio: dimensões curriculares. 2011. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. Rachaduras solarescas e epigonismos provincianos: sociedade e cultura no Maranhão neo-ateniense (1890-1930). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de autoinscrição. Estudos Afro-Asiáticos, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007. Acesso em: 19 out. 2026.

MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

MEIRELES, Mário M. História do Maranhão. Rio de Janeiro: D.A.S.P., Serviço de Documentação, 1960.

MIGNOLO, Walter D. Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf. Acesso em: 18 set. 2026.

MUDIMBE, Valentin Y. The invention of Africa: gnosis, philosophy and the order of knowledge. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

NETO, João Costa Gouveia. Hábitos costumeiros na São Luís da segunda metade do século XIX. Em Tempo de Histórias, Brasília, n. 13, p. 7-16, 2008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20025. Acesso em: 19 out. 2026.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

PEREIRA, Josenildo. Vida de escravos: vida e cotidiano no Maranhão do século XIX. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos (org.). O Maranhão e a escravidão moderna. São Luís: Editora UEMA, 2016.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina; CES, 2009. p. 21-57.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Carlos André Colins dos. Pacotilhando: abolição, pós-emancipação e libertos no Maranhão (1888-1908). 2021. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/3987.

SANTOS, Denilson Lessa dos. Conhecer para catequisar e dominar: colonialismo, visões sobre o outro e missões católicas. Moçambique (1885-1940). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília, DF. Anais [...]. Brasília, DF, 2017.

SILVA, Régia Agostinho da. A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, Régia Agostinho da. Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX. Revista de História da UEG, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 30-51, jul./dez. 2014.

SILVA, Régia Agostinho da; NASCIMENTO, Bruno dos Santos; OLIVEIRA, Pedro Lázaro. Escritas negras importam: Maria Firmina dos Reis e seu romance Úrsula. Littera: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, v. 12, n. 24, 2021. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/18101. Acesso em: 19 out. 2026.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

WALSH, Catherine (ed.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

ZAMPARONI, Valdemir. De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique. 2. ed. Salvador: EDUFBA; CEAO, 2012.